

A formação continuada como elemento transformador do ambiente moral espontaneísta: o caso da Escola São Lucas¹
Continuing education as a transforming component of the spontaneous moral environment: the case study of São Lucas School

Jelson Becker Salomão²

Resumo

Este artigo trata da via institucional de educação moral, com o objetivo de evidenciar a influência da postura do professor em relação a sua formação no ambiente moral da escola. Com base na análise de elementos obtidos no trabalho de campo realizado em uma escola local, busca destacar a importância da formação contínua do professor no trato da educação em valores. Assim, na primeira parte apresentam o conceito de educação moral e a forma se dá a sua aprendizagem. Na sequência, analisa a postura da escola observada frente à educação moral, tentando apontar as possíveis causas de tal postura. Por fim, buscam evidenciar a relevância da formação continuada do professor para a constituição do ambiente moral da escola.

Palavras-chave: Espontaneísmo moral. Educação Moral. Formação continuada. Ambiente moral.

Abstract

This paper deals with the institutional means of moral education whose objective is to evidence the influence of the teacher's attitude in relation to his formation in the school moral environment. Starting from the analysis of the components obtained in the field work carried out in a local school, this study seeks to highlight the importance of the teacher's continuing education on education concerning values. Therefore, in the first part of this paper, the concept of moral education and how its learning occurs are presented. Subsequently, the school posture observed in relation to moral education, seeking to point out the possible reasons of such posture was analyzed. Finally, it was sought to evince the relevance of the teacher's continuing education for the establishment of the moral environment at the school.

Key Words: Moral spontaneity. Moral education. Continuing Education. Moral environment.

Introdução

A escola, depois da família, é a instituição social que mais influencia na formação moral de um indivíduo. O ambiente escolar é, por excelência, um espaço de desenvolvimento da moralidade, no qual não são adquiridos apenas os conhecimentos sistematizados, ou seja, os conhecimentos culturais e científicos, mas também aqueles saberes que possibilitam ao sujeito viver de acordo com as normas sociais vigentes na sua comunidade. A educação moral no interior da instituição escolar, conscientemente ou não, se dá por meio de três vias distintas: a via pessoal, a via curricular e a via institucional. Assim, o modo como a escola trabalha a educação em valores influencia significativamente na formação da personalidade moral do educando. Ocorre que a escola tem falhado na tarefa de educar moralmente, pois, quando não adota uma postura dogmática, atua de forma apática ou espontaneísta.

O presente trabalho é um estudo acerca da via institucional de educação moral, por meio do qual temos o objetivo de evidenciar a influência da postura do professor em relação a sua formação no ambiente moral da escola. O conhecimento de tal relação é de suma importância para a nossa formação acadêmica, pois a realidade escolar nos revela o quão imprescindível é a formação contínua do docente para o desenvolvimento de um trabalho satisfatório em termos de educação moral. Assim, embasados em referenciais teóricos pertinentes, buscamos sistematizar as informações coletadas durante o trabalho de campo realizado numa escola da nossa comunidade³.

O trabalho de observação do ambiente moral da Escola São Lucas revelou um nível significativo de espontaneísmo. Percebemos certa incompatibilidade entre a sua proposta pedagógica e as práticas verificadas. Ainda que a proposta pedagógica expresse a preocupação quanto à educação em valores, a escola não possui um programa institucional com tal objetivo, embora execute algumas práticas do gênero em associação com outras entidades, porém de forma esporádica. Portanto a escola não tem um projeto de educação moral concebido com base na sua realidade, ainda que cônica do seu papel.

Diante desse fato, impõem-se a questão: Se a proposta pedagógica da Escola São Lucas denuncia a sua consciência quanto à necessidade de se educar moralmente, por que não dispõe de um programa institucional com esse conteúdo? A julgar pelas nossas observações, supomos que é em razão da falta de unidade de pensamento entre os professores que a escola se vê impedida de implantar um programa institucional de educação moral, limitando-se a executar atividades isoladas, próprias de uma postura moralmente espontaneísta. Essa falta de unidade, segundo nos parece, guarda estreita relação com o tipo de atitude que os professores apresentam em relação a sua formação docente.

Assim, desenvolveremos nossa argumentação em três momentos: no primeiro, faremos uma exposição do conceito de educação moral e como se dá a sua aprendizagem, pretendendo demonstrar a importância do papel da escola frente à

questão; após, à luz de tais elementos, analisaremos da postura da Escola São Lucas quanto à educação moral, tentando apontar as suas causas; finalmente, tentaremos evidenciar a relevância da formação continuada do professor para a constituição do ambiente moral da escola.

1. A educação moral e o papel da escola

O conceito de educação moral, apesar de todos os avanços na área, não tem ainda um sentido suficientemente claro para a maioria dos educadores. É bastante comum vermos esse conceito associado à ideia de disciplina ou, o que é pior, ao ato de inculcar verdades morais. Esse tipo de ensino normalmente cai no mero verbalismo, pois é incapaz de produzir qualquer transformação na vida do sujeito. A educação moral não se resume à mera transmissão de valores ou de regras de conduta social, aliás, esta uma postura própria da já superada pedagogia tradicional, que compreende o educando como um simples receptáculo.

O conceito de educação moral, no seu sentido puro, traz uma concepção de ser humano inconcluso e não determinado. A educação moral, em vista disso, constitui-se de um processo contínuo de aprimoramento do ser humano, tendo como objetivo preparar o educando para a prática reflexiva, a fim de torná-lo um indivíduo autônomo e responsável. No dizer de Puig et al. (2000, p. 17), “a educação moral deve ser entendida como uma construção da personalidade e das formas de convivência cívica. Assim, a educação moral está mais próxima da aprendizagem crítica e da criatividade aplicadas à vida pessoal e social.” Trata-se, portanto, de capacitar o educando a construir e aplicar princípios morais às situações práticas particulares, de modo que possa decidir da melhor forma possível diante das incertezas da vida.

No entanto, para que a aprendizagem moral aconteça é preciso “colocar o aluno em confronto com a sua concepção de mundo e provocá-lo para a reelaboração teórico-prática dos referenciais que regem a sua ação espontânea.” (CENCI, 2007, p. 99). Somente assim o educando poderá se tornar o agente da reconstrução dos seus sentidos, posto que o objeto de análise será a sua própria concepção de mundo. A função do professor, nesse caso, consiste em oferecer critérios ao educando para que ele possa avaliar o caráter moral da sua ação. Portanto, esse processo, para ter sentido, requer o envolvimento direto do educando.

Nessa perspectiva, em razão do espaço que ocupa, a escola exerce uma grande influência na formação da moralidade. Além de proporcionar a instrução, que é aquisição dos saberes sistematizados, a escola apresenta-se como um espaço propício à formação moral. Por essa razão, Puig et al. (2000, p. 18) defendem que a escola interfere no desenvolvimento da moralidade do educando por meio de três “vias de educação” distintas, mas não absolutamente independentes, a saber: a *via pessoal*, a *via curricular* e a *via institucional*.

A *via pessoal* diz respeito à influência do professor pelas relações pessoais cotidianas. Parte-se do princípio de que o professor é um educador moral, ciente ou

não disso. Assim, o modo como o professor desenvolve a sua atividade docente, o tipo de postura que adota em relação aos valores morais, bem como outras atitudes no ambiente escolar, são determinantes para a assimilação de valores por parte do educando, influenciando substancialmente na formação da personalidade moral deste.

A *via curricular* é outra forma que possibilita à escola educar moralmente. Por meio do seu currículo, a escola pode responder às demandas de caráter moral emergentes do seu contexto. Para tanto, fazem-se necessários o planejamento e a implementação de atividades de conteúdo moral em nível individual e/ou coletivo, as quais podem ser desenvolvidas de maneira transversal, pelas de diversas disciplinas, ou pontual, isto é, num espaço específico voltado à vivência de valores.

A *via institucional*, finalmente, reporta-se ao modo como a escola se organiza como instituição, bem como ao conjunto de ações que dela emanam. Tais ações educativas, de caráter moral, devem ser organizadas com a finalidade de envolver toda a comunidade escolar, de modo especial os educandos, proporcionando-lhes vivências moralmente significativas. As experiências democráticas, segundo Puig, costumam ter consequências bastante positivas, tais como o aprimoramento do juízo moral, do respeito e compreensão recíprocos e do espírito de coletividade. A esse respeito afirma literalmente:

A participação democrática do professorado e do alunado em fóruns de diálogo nos quais se apresentam problemas de convivência e de trabalho é o pano de fundo imprescindível de qualquer atividade de educação moral e uma fonte privilegiada de experiências morais significativas. (2000, p. 21).

Vale lembrar que as vias pessoal e curricular de educação moral são muito importantes para a constituição do ambiente moral da escola. Contudo, Puig destaca a relevância da via institucional, tendo em vista, principalmente, a sua influência sobre as outras duas vias e a possibilidade que oferece de uma participação mais significativa da comunidade escolar. Em suma, a influência educativa da escola é maior em razão dos princípios e critérios reguladores da instituição e das práticas vigentes no seu ambiente moral.

Como se percebe, a educação moral acontece no interior do ambiente escolar mediante as relações interpessoais, pelo modo como o currículo é organizado e, especialmente, por meio do ambiente moral da instituição, o que pode ocorrer tanto de modo planejado quanto espontâneo. A esse respeito, Cenci (2007, p. 112) aponta três atitudes comumente verificadas no ambiente escolar, quais sejam: a apática, a espontaneísta e a dogmático-doutrinária.

Dentro da *postura apática*, a educação moral é abordada de forma aleatória, sem um comprometimento efetivo. Esse tipo de atitude trata o desenvolvimento da moralidade como um fenômeno natural, que dispensa preparo e planejamento; a moralidade seria um produto do convívio social, isto é, uma consequência das

experiências individuais. Num contexto como esse, os agentes, em especial os professores, não se compreendem como educadores morais. Esse tipo de atitude é marcadamente relativista, pois admite que cada indivíduo tem a sua própria moral. Disso resulta a existência de parâmetros conflitantes na avaliação das questões morais e, como observa Cenci (2007, p. 119), onde tudo é moral, nada mais é moral. A escola, assim, acaba por desenvolver sua função social de forma parcial, priorizando a instrução em detrimento da formação⁴.

A *postura espontaneísta*, por sua vez, trabalha a questão da educação moral, mas de maneira assistemática, por vezes alheia a qualquer teoria. Comumente, são desenvolvidas atividades esporádicas, sem um objetivo previamente definido, das quais as palestras são as mais comuns. Esse tipo de ação pouco contribui para a formação moral do educando, tendo em vista que não permite uma vivência direta com problemas morais. Assim, por não possibilitar, de forma ativa, a ressignificação da prática do educando, acaba por reproduzir senso comum moral.

A *atitude dogmático-doutrinária*, por último, expressa o caráter confessional de uma dada religião. A educação em valores, nesse sentido, é transmitida por meio valores tidos como verdades absolutas; neste caso, ocorre de forma planejada. Contudo, pelo fato de esse tipo de postura se distanciar do propósito deste trabalho, não nos deteremos nela.

Para Cenci, (2007, p. 113), embora exista, de certa forma, um consenso quanto à necessidade de educar moralmente, essas posturas são decorrentes, basicamente, do despreparo do professor quanto ao tema. Segundo o autor, os cursos de licenciatura, em sua maioria, passam ao largo da questão e, quando a abordam, o fazem de modo superficial. A tensão entre as instituições sociais, em que uma transfere à outra a responsabilidade pelo problema, é uma consequência disso. A relação família e escola é um exemplo. Nesse sentido, Cenci considera que a solução desse problema depende, essencialmente, da formação do professor, o qual deve ter consciência da sua função de educador moral. Além disso, depende da opção da escola pela educação moral, com o consequente planejamento e implementação daquelas vias, mediante o trabalho articulado entre a família e escola.

2. O ambiente moral espontaneísta: o caso da Escola São Lucas

Essas atitudes assumidas pela escola em relação à educação moral, destacadas por Cenci, confirmam-se quando focamos as práticas morais desenvolvidas no nosso contexto educacional. Neste tópico, analisaremos o ambiente moral da Escola São Lucas, a qual apresentou fortes traços de espontaneísmo. Assim, com base nos dados coletados durante a etapa de observação, tentaremos expor as prováveis causas que configuram seu ambiente moral como tal.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola São Lucas caracteriza-se por uma proposta atualizada de educação. Estruturado em torno das teorias de Piaget, Vigotski e Paulo Freire, o seu objetivo geral é “construir um espaço de estudo teórico para que

ocorra uma transformação humana e social na comunidade escolar, a fim de que possa garantir uma educação consciente, transformadora e inclusiva”. Quanto à educação moral, a escolavisa “resgatar e redescobrir a verdadeira função da escola e do professor” e “resgatar valores que promovam o ser humano, para que ele interaja na sociedade de forma solidária e com espírito de coletividade”, visto que,

por estar inserida em determinada comunidade, a escola traz para o seu interior os conflitos, as aflições e as diversas demandas comunitárias, que nos leva a pensar na criação de mais espaço, em nosso projeto pedagógico, para que as crianças e adolescentes discutam e opinem sobre suas inquietações e aspirações pessoais e coletivas. É a partir disso que a educação em valores começa a ser desenhada e vivenciada como processo social que se desenvolve na escola.

A Escola São Lucas, segundo afirma uma das professoras entrevistadas, busca promover uma educação no sentido amplo, ou seja, moral e cognitivamente. No que tange à educação moral, a professora relata que os valores mais trabalhados são a afetividade e a solidariedade. Para ela, a escola tem o dever de oferecer aos educandos experiências desse tipo, visto que nem sempre a família dispõe de condições ideais para tanto. De acordo com outra professora, não raras vezes é preciso pôr em suspenso o tema proposto para a aula e redirecionar a discussão, a fim de suprimir inquietações suscitadas pelos alunos; afirma que muito mais importante que o tema de uma aula é a criação de um espaço para o diálogo⁵. Assim, além do desenvolvimento intelectual, a escola busca o desenvolvimento moral do educando, com vistas a prepará-lo para o mundo.

Institucionalmente, segundo a direção, a Escola São Lucas desenvolve dois projetos em educação moral: o “Amigos da Árvore” e o “Todos pela Paz”⁶. O primeiro é desenvolvido em conjunto com a Associação de Pais e Professores e tem como objetivo promover a educação ambiental na comunidade escolar. O projeto “Todos pela Paz”, por seu turno, é desenvolvido com o apoio de uma organização formada por profissionais liberais, pedagogos, psicólogos, professores e por representantes de outros segmentos da sociedade, e tem como objetivo cultivar valores morais na sociedade; busca criar uma cultura da paz no ambiente da comunidade escolar, por meio de palestras proferidas por especialistas associados àquela entidade.

A Escola São Lucas realiza, ainda, reuniões semanais com o seu corpo docente. Este é, segundo informação dos professores entrevistados, o espaço institucional para o planejamento e avaliação de suas atividades administrativas e pedagógicas. Com esses encontros, a escola busca encontrar soluções para as demandas educacionais suscitadas no cotidiano da comunidade. Segundo alguns professores, trata-se de um momento em que todos podem se manifestar; é um espaço aberto ao embate de opiniões.

Em certa oportunidade participamos de uma reunião. Após a leitura de um texto de cunho motivacional, a vice-diretora apresentou o artigo, que discutia a indisciplina

no meio escolar. Os professores abordaram aspectos da educação informal e suas mazelas, as limitações da escola quanto à infraestrutura, além da falta de apoio de outras instituições envolvidas no contexto educacional. A conclusão a que chegaram foi de que a questão da indisciplina é muito complexa, mas o professor precisa assumir a responsabilidade que lhe cabe e “lutar com as armas que tem, já que não há apoio da família e das autoridades.”

A julgar pelos discursos dos professores, nada há de problemático no ambiente moral da Escola São Lucas. No entanto, se tomamos por base as suas práticas, a realidade apresenta-se de modo bem diferente. O trabalho de observação revelou um ambiente moral incompatível com a proposta pedagógica da escola. Percebemos certa divergência de posições entre os professores, no que se refere ao modo de educar moralmente: de um lado, professores que tratavam a questão a partir da afetividade, sem descuidar da chamada “distância pedagógica”; de outro, professores, que demonstravam uma concepção um tanto equivocada de educação moral, os quais, ao que parece, entendem a educação moral do prisma da pedagogia tradicional. Para estes conceitos de autoridade e disciplina não parecem ter seus sentidos suficientemente claros⁷, como ficou bastante claro em todas as visitas que realizamos.

Interessante é que, mesmo havendo “um espaço para o confronto de opiniões”, não presenciemos nenhuma contestação a tais manifestações, o que nos dá a impressão de que há um acordo tácito de não interferência de parte das posições pedagógicas divergentes⁸. Parece ser algo do tipo: “Faz o teu trabalho, que eu faço o meu. E tudo ficará bem.” Assim, para que não ocorra um conflito de maiores proporções, ninguém questiona o trabalho de ninguém.

Outro aspecto que nos chamou a atenção no ambiente moral da Escola São Lucas foi o comportamento dos alunos. Notamos atitudes bastante agressivas da parte de alguns deles; inclusive em todas as visitas realizadas presenciemos brigas ou princípios de brigas entre os alunos. Além disso, ficou evidente o desrespeito destes para com os funcionários, pois mais de uma vez presenciemos alunos reagirem agressivamente às repreensões dos funcionários.

Esse quadro evidencia um ambiente espontaneísta moralmente. Apesar de a Escola São Lucas demonstrar interesse em relação à educação em valores, não dispõe de um programa propriamente dito de educação moral. O projeto “Todos pela Paz”, assim, serve apenas como mero paliativo: uma pálida tentativa da escola de atingir o seu propósito pedagógico. Segundo nos parece, tal quadro é uma consequência da postura que determinados professores têm em relação a sua formação docente. Temos, de um lado, professores comprometidos com a sua função social, cientes da permanente transformação do mundo, que ambicionam atender às demandas da sua atividade; no entanto são carentes de uma preparação específica em educação moral; de outro lado, professores apáticos⁹ e conformados com o nível e a qualidade da sua formação, demonstrando certa irresponsabilidade quanto a sua função de educadores morais. Assim, somos levados a crer que a apatia destes inibe, veladamente, qualquer iniciativa daqueles, frustrando o planejamento e a implantação de um projeto de educação moral e

limitando a escola a executar atividades esporádicas e desarticuladas.

3. A transformação do ambiente moral da Escola São Lucas pela formação continuada

A aproximação à realidade da Escola São Lucas demonstra que o fantasma da pedagogia tradicional ainda assombra nossas escolas. “Como essa pedagogia se tornou senso comum e consciência prática, age de forma inconsciente, desconhecendo qualquer possibilidade de transformação.” (BENINCÁ, 2004, p. 105). Dessa forma, constitui-se num dos principais entraves para o desenvolvimento da educação. Torna-se manifesta pelo contentamento, por parte do professor, com o conhecimento obtido na graduação, do seu apego ao argumento da experiência e pela ausência de necessidade de atualização. Em síntese, uma vez formado, o professor considera-se pronto. Com isso, perde de vista o fim social da docência e deixa de perceber-se como educador moral, tornando a docência mero meio de sobrevivência.

Fato é que um educador com uma postura apática, ou mesmo espontaneísta, jamais reunirá a condições ideais para ajudar uma criança ou um jovem a construir processos de valoração moral, ou seja, a educação moral irá limitar simplesmente à transmissão de valores e de máximas morais. Portanto, a busca por novos conhecimentos deve ser uma constante na vida do professor, porque somente um professor teoricamente atualizado poderá atender de maneira satisfatória as demandas em educação moral que o seu contexto exigir.

Por outro lado, apesar de necessária, a formação continuada não é suficiente para uma docência competente. Não basta apenas o professor frequentar diversos cursos de atualização; é necessário que o conhecimento adquirido seja internalizado. Mas para que isso ocorra, paralelamente à ânsia por novos saberes, o professor precisa dispor do seu método de investigação, a fim de poder se adaptar às mudanças do seu contexto. A esse respeito, inclusive, assinala Benincá:

É preciso reconhecer que a constante produção de novos conhecimentos e a dinâmica inerente à realidade social e cultural desatualizam rapidamente o professor que não tiver método de investigação e ambição de buscar novos conhecimentos. Se a atualização do professor depender apenas das informações, originárias de fontes externas, ficará sempre na dependência de novos cursos. (2004, p. 103).

Portanto, a busca pela formação continuada deve ser seguida da reflexão sobre a própria prática pedagógica no âmbito da sala de aula. Somente dessa forma, o professor evitará o risco do espontaneísmo pedagógico e promoverá, de fato, a sua transformação e, por extensão, a transformação dos educandos.

Parece, entretanto, que, além de um comprometimento maior com a causa da

educação moral, falta aos professores da Escola São Lucas a busca real pela ampliação dos seus horizontes de conhecimento, associada à reflexão da própria prática pedagógica. Falta-lhes, ainda, a compreensão de que a escola é uma organização viva e, por isso, não só capaz de ensinar, como também de aprender. Como instituição, a Escola São Lucas pode, e deve, aprender com a sua prática. (DUART, 1999). Para tanto, precisa, antes de mais nada, de professores reflexivos, ou seja, aptos a fazer a crítica e autocrítica, o que implica uma atitude de compromisso para com a formação permanente. Por isso, não restam dúvidas de que a transformação do ambiente moral da Escola São Lucas depende, substancialmente, deste elemento chave: a formação contínua do seu corpo docente.

Referências Bibliográficas

BENINCÁ, Elli. A formação continuada. In: BENINCÁ, Elli.; CAIMI, Flávia E. (Org.). *Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. 2. ed. Passo Fundo: UPF Editora. 2004. p. 99-109.

CENCI, Ângelo V. *A educação moral em perspectiva: concepções clássicas e desafios atuais*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2007.

_____. *O que é ética? Elementos em torno de uma ética geral*. 3. ed. Passo Fundo: A. V. Cenci, 2002.

DUART, Josep M. *La organización ética de la escuela y la transmisión de valores*. Barcelona: Paidós, 1999.

PUIG, Josep M. *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Práticas Morais: uma abordagem sociocultural da educação moral*. São Paulo: Moderna, 2004.

_____. *Democracia e participação escolar*. São Paulo: Moderna, 2000.

LIPMAN, Matthew; SHARP, Ann M.; OSCANYAN, Frederick S. *A filosofia na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 1997, p. 207-249.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Notas de referência

1. Texto produzido para a disciplina Formação para o Ensino de Filosofia IV, ministrada pelo Prof. Dr. Angelo Vitório Cenci.
2. Acadêmico do V nível do curso de Filosofia - LP da Universidade de Passo

Fundo, E-mail: <jb-salomao@hotmail.com>.

3. A fim de se preservar a reputação da escola que ofereceu a fundamentação prática para esta investigação, bem como de seus professores, identificaremos a instituição com um nome fictício: Escola São Lucas.
4. Para Puig et al. (2000, p. 15-16), a educação resulta da confluência entre a instrução e a formação. A instrução oferece ao indivíduo os saberes culturais e científicos que lhe possibilitam uma razoável adaptação ao seu contexto social. A formação, por outro lado, oferece um conjunto de regras e normas sociais que viabilizam o bem viver do sujeito, tanto no plano individual quanto no plano social. O processo de educar, para Puig, consiste em preparar o sujeito moral e intelectualmente. Assim, por comportar ambos os aspectos, a escola é, naturalmente, uma instituição educadora.
5. A professora citou um caso em que os alunos, certo dia, não queriam tratar do tema proposto para a aula, mas conversar. Ela perguntou, então, sobre que assunto elas queriam conversar. Alguém respondeu: “Sobre sexo!” E o aluno tirou da pasta uma revista pornográfica. A professora pegou a revista, perplexa, mas fingindo naturalidade, folheou-a e pensou. Então, deu início a uma discussão acerca dos interesses dessa indústria e sobre o valor do conteúdo da revista.
6. Tal como o nome da escola, os nomes dos dois projetos são fictícios.
7. Nessa reunião manifestaram-se algumas “viúvas” do regime militar, alegando, com base nos resultados do Enem, que as melhores escolas são aquelas que, a exemplo do Colégio Militar de Porto Alegre, adotam tal forma de disciplina. Outra professora, a mesma que presenciamos organizar a entrada para aula aos gritos, referindo-se à questão da disciplina, disse: “Me chamam de sargento. Mas se eu não me imponho, eles tomam conta.”. Noutra oportunidade, a mesma professora que defendera a importância do diálogo no processo pedagógico disse-me: “Criança que vem cortar o assunto com perguntinha besta eu mando ficar quieta, mesmo.”
8. Perguntamos a uma professora como a Escola São Lucas lida com aqueles professores que atuam de forma apática. A professora, admitindo a presença de colegas com tal perfil, afirmou ser esta uma situação extremamente delicada. Ela nos relatou o caso de uma colega, antiga na casa, que era motivo de queixas de diversos alunos. Questionada pela coordenação sobre a situação, ela reagiu: “Olha, [fulana]! Você chegou ‘ontem’ aqui. Então, não venha querer me ensinar a trabalhar.” Assim, para que o clima de guerra não se instalasse, a coordenadora foi aconselhada a não tocar mais no assunto.
9. Em uma das visitas, inclusive, testemunhamos uma professora se reportar à coordenadora pedagógica, referindo-se a um curso de aperfeiçoamento promovido pela SME, desta forma: “Não me diga que eu vou ter que participar daquela droga de curso outra vez.” Em outra oportunidade, a mesma professora manifestava sua frustração em relação à formação acadêmica. Na opinião desta professora, a formação que recebera na sua graduação fora muito teórica e, até certo ponto, inútil. Cursos de qualificação, para ela, não ajudam em nada.